

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.519 - SP
(2019/0247564-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : RAMIZ LATIF PALIS FILHO - ESPÓLIO
REPR. POR : RAMIZ LATIF PALIS NETO
ADVOGADOS : JORGE DONIZETI SANCHEZ - SP073055
FÁBIO KUZDA COSTA PINTO - SP208469
PETERSON SANTILLI - SP170692
EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JORGE DONIZETI SANCHEZ - SP073055
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - SP212835
RAFAEL BARIONI - SP281098
HELGA LOPES SANCHEZ - SP355025
INTERES. : BARBARA DE MACEDO SOARES JIMENEZ
INTERES. : YARA DE MACEDO SOARES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo espólio de Ramiz Latif Palis Filho em face da seguinte decisão:

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Cumprimento de sentença em ação monitória. Pretensão ao afastamento do ônus sucumbencial imposto ao co-devedor Ramiz Latif Palis Neto. Descabimento. Ausência de interesse recursal. Ofensa ao artigo 18 do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido, neste tocante.

Fraude à execução em doação de imóvel. Não reconhecimento. Requisitos legais não preenchidos. Inobservância da Súmula 375 do C. STJ. Elementos dos autos que denotam a existência de outros bens por ocasião da doação. Matéria, contudo, prejudicada em virtude da rejeição do imóvel pelo credor exequente. Dação em pagamento inviável. Co-devedor que permanece coobrigado pela totalidade da dívida. Decisão mantida. RITJ/SP, artigo 252 - Assento Regimental nº 562/2017, art. 23.

Recurso conhecido em parte e não provido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 9º e 614 Código de Processo Civil e 849 e 1.797 Código Civil, associada a dissídio jurisprudencial, sob o argumento de que o espólio agravante tem interesse e legitimidade para questionar a sucumbência e que é lícito às partes firmarem acordo para pôr fim ao litígio, não podendo haver desistência de uma delas após firmado o ajuste.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local consignou que, embora tenha havido condenação nos ônus de sucumbência do representante do espólio de Ramiz Latif Palis Filho, Ramiz Latif Palis Neto, apenas o espólio recorreu de tal decisão e não o representante, daí por que não haveria interesse no recurso.

Leia-se o excerto:

A decisão ora recorrida rejeitou o pedido de fraude à execução e condenou o devedor Ramiz Latif Palis Neto ao pagamento dos consectários legais em decorrência do julgamento do incidente.

Inicialmente, não se conhece do recurso no que atine à pretensão de exclusão do administrador provisório do espólio agravante da condição de responsável pelo ônus da sucumbência, por ofensa ao art. 18 do CPC, *in verbis*:

'art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.'

A análise das razões recursais evidenciam que o presente agravo de instrumento foi interposto exclusivamente pelo Espólio de Ramiz Latif Palis Filho e não pela pessoa do devedor Ramiz Latif Palis Neto a quem foi atribuído o ônus sucumbencial.

Assim, de rigor reconhecer que o espólio agravante carece de interesse recursal na pretensão ora formulada, que inclusive contraria seus interesses na medida em que postula sua responsabilização pelos consectários legais, ainda que conjuntamente com o banco agravado" (e-STJ, fl. 108).

Se há a condenação do representante, e não do espólio representado, incompreensível a alegação do agravante/espólio, o que atrai a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao mais, o Tribunal local concluiu igualmente não haver interesse na discussão acerca de eventual fraude à execução, a par

de nada decidir a respeito do aventado acordo para a extinção da execução.

Veja-se o acórdão local, no ponto:

"Relativamente ao pedido de reconhecimento de fraude à execução do imóvel em discussão, o recurso não merece provimento.

Isso porque o fundamento central da r. decisão agravada, que não foi impugnado pelo agravante, consiste no fato de que a pretensão ao reconhecimento de fraude à execução na doação do imóvel em comento se revela inócua na presente execução na medida em que não traz nenhum proveito ao credor (que já manifestou que não possui interesse no imóvel em questão, tornando inviável a pretensa dação em pagamento) e nem tampouco ao co-devedor, pois rejeitado o bem imóvel, independentemente de qualquer motivo, permanece coobrigado pela dívida em sua totalidade" (e-STJ, fl. 108).

O fundamento quanto ausência de interesse deixou de ser impugnado e invocada desistência do acórdão não foi examinada, pelo que incidem os enunciados n. 282 e 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Afirma que a decisão embargada é omissa, porquanto não analisou "a alegação de nulidade da decisão que inadmitiu o recurso especial, por ofensa ao princípio legal e constitucional da fundamentação das decisões do Poder Judiciário, delineada no item I do agravo" (e-STJ, fl. 193), o pedido de se "afastar o ônus da sucumbência imposta contra o administrador provisório, de maneira a EVITAR a criação de um débito em desfavor do espólio recorrente" e a violação dos artigos 87 e 117 do Código de Processo Civil.

Diz, ainda, que é contraditória a decisão agravada, na medida em que o tema foi suscitado e discutido nos embargos de declaração, de modo que não se poderia dar pela ausência de impugnação.

Pede o acolhimento do recurso.

Impugnação do embargado pelo caráter puramente infringente dos

presentes embargos de declaração, sem a demonstração dos vícios constantes na norma de regência dos embargos de declaração.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Quanto à nulidade do juízo de admissibilidade do recurso especial, é consabido que o juízo de cassação antecede ao de reforma.

Se a decisão embargada examinou as razões do recurso especial, não só foi afastada a alegada nulidade (do contrário a decisão ora recorrida teria determinado prolação de nova admissibilidade do recurso especial), como não há interesse em discutir o tema.

Outrossim, ao contrário do que afirma o recorrente, houve detida análise da questão relacionada à sucumbência, que foi resolvida à luz da ausência de interesse e legitimidade, já que a condenação recaiu sobre o representante do espólio e não sobre este, embora seja o espólio o recorrente.

Sobre o último ponto dito omissis, sabe-se que a simples menção a dispositivos legais não basta para o exame da causa por esta Corte, porquanto cabe à parte apontar a efetiva violação e demonstrar de que maneira o acórdão de segundo grau teria assim feito.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SEM OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS. SÚMULA 284/STF.

1. Discute-se o recebimento de quantia referente a despesas médicas e hospitalares, no valor de mercado, por falta de prestação de serviços na rede pública de saúde.

2. Da simples leitura do acórdão recorrido observa-se que o Tribunal a quo decidiu a causa com base em argumentos constitucionais e infraconstitucionais. No entanto, o recorrente interpôs apenas o Recurso Especial, sem discutir a matéria constitucional, em Recurso Extraordinário, no excelso Supremo Tribunal Federal. Assim, aplica-se, na espécie, o teor da Súmula 126 deste colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "é inadmissível recurso especial,

quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário".

3. Também não se constata o preenchimento dos requisitos legais e regimentais para a propositura do Recurso Especial pela alínea "c" do art. 105 da CF. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ), como o que se afigura no presente caso, impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

4. A propositura do recurso pela via da divergência jurisprudencial, ademais, não dispensa o recorrente de apontar claramente qual o dispositivo federal que teria sido objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado na alínea "c", razão pela qual incide a Súmula 284/STF. A mera menção a dispositivos legais ou mesmo a narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1830147/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 18/10/2019)

Acerca, por fim, da invocada contradição, sabe-se que esta ocorre quando não se conciliam premissas entre si ou com o dispositivo da decisão embargada, ou seja, quando é interna ao julgado e não quando a parte não se satisfaz com o seu resultado.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AÇÃO DE COBRANÇA. DEPÓSITO JUDICIAL. ATUALIZAÇÃO PELO SALÁRIO MÍNIMO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Considera-se improcedente a arguição de ofensa ao art. 1.022, I,

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/2.015 quando o *decisum* se pronuncia, de forma motivada e suficiente, sobre os pontos relevantes e necessários ao deslinde da controvérsia.

2. A contradição que autoriza a oposição dos embargos é aquela interna ao julgado, existente entre a fundamentação e a conclusão.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 187.905/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 19/8/2016)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora